

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS
Dia 24 de Maio de 2018

C. M. R. P.	
Res.	13/18
Fl.	49
Rub.	200

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2018, às 15:16 h. no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se os membros da **Comissão Especial de Estudos – CEE para acompanhar o abandono da nova sede do Museu da Imagem e do Som de Ribeirão Preto (requerimento nº 645/2018)**, nos termos do Requerimento nº 13/2018. Integram esta CEE, o Vereador Marcos Papa (REDE) – Presidente e os Vereadores Dadinho (PTB) e Rodrigo Simões (PDT), membros. O vereador presidente dessa CEE Marcos Papa, inicia os trabalhos falando sobre a importância desta comissão estar tomando conhecimento e aprofundando com relação ao destino do Museu de Imagem e de Som (MIS), cita sobre já ter ouvido a Secretária da Cultura Isabella Pessoti e do não comparecimento do ex-secretário da cultura, justificando que por ser um convite o mesmo não seria obrigado a comparecer. O vereador Marcos Papa, agradece a presença de todos e convida o Sr Lúcio Mendes – Jornalista, para compor a mesa, ressalta a importância de sua presença, devido aos pais do mesmo serem idealizadores e fundadores do MIS. Afirmo que nesta comissão de estudos a princípio são convidados e não convocados, assim como para os documentos há um requerimento e não requisição, entretanto a medida de se forem aprofundando os estudos, em havendo a necessidade de transformar a CEE em CPI, estamos formando um corpo de conhecimento em mostrar que o museu deva estar no Lar Santana, que parece ser esta a opinião do governo, pelo ofício que chegou do secretário Edsom Ortega, entretanto a mudança parece ser em um prazo maior do que se espera. O presidente então passa a palavra ao convidado Sr Lúcio Mendonça, e faz uma breve apresentação do mesmo. Confirma que através do ofício recebido pelo secretário de planejamento responsável pelo museu diz que o MIS não mais irá para o prédio da Francisco Junqueira, ficando inicialmente na secretaria da cultura e que posteriormente irá para o Lar Santana, porém inicialmente o Lar Santana algumas atividades da secretaria da educação serão instaladas de imediato. Em um dos trechos do ofício lido pelo presidente, o secretário informa que o museu não irá para o prédio da Francisco Junqueira pelas razões que todos vieram aqui e já elencaram, inadequação do prédio para abrigar o MIS, localização e avenidas de grande tráfego e impedindo visita impedindo visita de todo tipo, como por exemplo de estudantes e também pelo fato de não haver estacionamento, então inicialmente ele será disponibilizado na casa da cultura em seguida informa o secretário, para o Lar Santana, este ofício será juntado aos autos da comissão, bem como as fotos da situação de calamidade do arquivo da cidade, informa que para o prédio da Francisco Junqueira irá inicialmente será o arquivo público municipal. Diversas avaliações foram realizadas no antigo prédio do DER na rua Tamandaré, na coletoria estadual na rua Tibiriça, em Bonfim Paulista, mas que realmente o Lar Santana é o mais adequado, mas que inicialmente receberá um centro de capacitação da secretaria de educação e também o centro de atendimento ao surdo, quando o centro administrativo ficar pronto estes dois departamentos mudarão para o centro e que daí sim o Lar Santana, estará liberado para receber o arquivo histórico e o MIS. O presidente, agradece a presença da Sra Sandra e do Sr Cláudio, e passa a palavra ao jornalista Lúcio Mendonça. No uso da palavra o Sr Lúcio cumprimenta a todos os presentes, faz um relato sobre as recordações que tem de quando iniciou-se o processo de criação do museu, relembra da empolgação desta iniciativa, por conta da experiência do museu de imagem e de som de São Paulo que estava muito evidente, e a ideia de se ter esse museu em Ribeirão Preto pela tradição de radiofonia, considerada por muito tempo a rádio mais forte do interior do Brasil, tivemos a primeira transmissora de TV - TV Tupi, tudo isso criou um clima de empolgação para criação deste



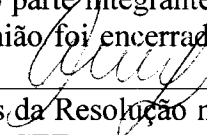
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

C. M. R. P.	
Res.	1348
Fl.	50
Rub.	206

tipo de reforma feita no local para receber o acervo. Diz desconhecer de como o acervo se encontra hoje. Marcos Papa diz da importância em saber do secretário via ofício deliberado neste ato juntamente como o vereador Rodrigo Simões, se a destinação do acervo é na casa da cultura, se por época da denúncia feita pela ONG VIVACIDADE, no que diz respeito a deterioração do acervo por conta das condições precárias da casa da cultura o acervo do MIS estava tomando chuva, por conta da deterioração o Ministério Público, determinou que deveriam ser feitas as ações. Se está sendo afirmado pelo secretário que irá disponibilizar o local, foram feitas as reformas que protejam o acervo? Segundo o Sr Renato, os museus a situação do MIS é um sintoma de um problema de gestão pública de uma forma não pública, tem um cenário cultural aprovado de menor orçamento nos últimos 15 anos, falta de diálogo, não cria consciência e nem cultura ao longo dos anos. A Associação de Amigos da Cultura, já demonstrou através de estudos de que o prédio da Francisco Junqueira, não este apto a receber o arquivo, e mesmo assim recebe-se este ofício. Tem a ONG VIVACIDADE e outras associações, dizendo que o MIS não pode permanecer onde está, tem se o conselho municipal de cultura que ficou irregular por mais de um ano. Os museus estarem fechado é um reflexo desta falta de gestão de forma pública, ouvir o cidadão, a sociedade organizada ou não, de tomarem as decisões de forma pública. O presidente diz que deve se então considerar pela fala do convidado de que é lamentável que uma administração que tomou conhecimento da atual situação do MIS e dos prédios inadequados que vão receber o acervo, confirme uma decisão oposta ao que os fazedores de cultura apontam, ainda que transitório. Se o Governo se coloca na situação de não ouvir, ficar registrado que estamos reverberando este protesto e queremos saber em que condições este arquivo será desencaixotado. Sr Renato diz que cabe à sociedade civil uma provocação em todas as esferas de poder, falamos muito do executivo, mas o legislativo poderia ser mais fiscalizador, o MIS é uma lei da década de 70, nunca teve sede nós enquanto cidadãos se não cumprimos uma lei teremos uma série de problemas, e o executivo quando não cumpre que o legislativo faz, sobre o judiciário também cabe a mesma provocação, o acervo do MIS está se deteriorando, é uma situação emergencial. Devemos ver em todas as esferas de poder. Com o uso da palavra o vereador Rodrigo Simões, afirma que desde praticamente 2014 vem trabalhando em relação a este assunto, foi graças ao trabalho deste legislativo que houve a interdição dos museus Histórico e do Café, provocamos o Ministério Público e conseguimos a interdição, detectamos o problema no MIS, se o secretário fala que voltará para a casa da cultura, tem que estar no mínimo em condições, ter arrumado pelo menos o telhado, não ficar lá tomando chuva. Se desde 2014 está tendo goteira dentro da casa da cultura, tem que interditar, temos que busca alternativa pratica e concreta, se o Lar Santana é o local apontado, por todos, devemos pressionar o Executivo para arrumar, adequar o Lar Santana, o Lar Santana é o local adequado desde que esteja arrumado e que ofereça condições. Sabemos que não será no prédio da Francisco Junqueira e que provisoriamente será na casa da cultura, não funciona, não interessa, provisoriamente deixa encaixotado, não tem condições, temos a obrigação de preservar este acervo, minha sugestão é que possamos trabalhar nesta linha, cobrar o executivo, a secretaria da cultura, o secretário de planejamento, que coloque em prática, que mesmo com o menor orçamento busque alternativa, que faça remanejamento, não temos museus em funcionamento, só o MARPE funcionando, vai mexer no Lar Santana então vamos buscar projetos alternativas, porém algo concreto, em relação a críticas vejo como normal, só criticam quem está trabalhando, vejo que a cultura é tão importante quanto a outros, temos que buscar alternativa para a cultura, se preciso for esta comissão irá até o Ministério Público, levar toda esta demanda. O presidente da CEE relata que tem feito alguns pedidos sobre o financiamento ao setor cultural, e fala sobre uma situação relata em audiência pública, relato compreendido na integra nos minutos 00:35:23 à 00:36:15,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

na esfera de competência dos arquivos que estiverem sob a égide de tombamento terão que submetidos a análise do COMPAC, quando o Sr Ortega ou qualquer secretário diz que vai, isto só acontecerá se houver um projeto sério, se passar pelas instâncias administrativas e dos conselhos, haja um parecer favorável e aprovação, caso contrário enquanto presidente do COMPAC buscarei mecanismos legais para preservação do arquivo. Minha esfera de atuação é a legislação, minha esfera de combate será o judiciário, fazendo valer as leis. Falta um debate sério sobre este assunto, estamos tratando de novo de um arremedo, sem chegar a uma solução. Concorro com o que já dito aqui, melhor o arquivo estar no prédio da Francisco Junqueira, do que onde está hoje, se é uma solução emergencial, tem que ir para a Francisco Junqueira, e debatemos em projeto definitivo no Lar Santana em uma recuperação a longo prazo, podendo receber o MIS e o Arquivo Público. Em manifestações no próprio conselho, não se defende o Lar Santana, por afeto, o poder público sequer trouxe uma alternativa, quem o fez foi a sociedade civil, através da Associação dos Amigos do Arquivo. O que se vê é que a agenda seria uma questão financeira, não sendo ela a única vertente a ser debatida. Não há um debate sério, há uma incompreensão, que sobre o MIS que tem parte de seu acervo tombado e o Arquivo Público, pretende enviar o MIS para o Lar Santana e o Arquivo Público para o prédio da Francisco Junqueira, a indagação é a mesma, se há empecilhos para o MIS, deveria haver para o Arquivo Público também, é uma total incoerência, não há uma atitude séria de debate par esta questão a longo prazo, queremos uma solução a médio e longo prazo, que resolva definitivamente. A ação civil pública que trata do arquivo, pede uma solução definitiva e não mais provisória. Hoje o arquivo público, não está mais em risco, o que está em risco é o acervo do MIS, que já teve parte da perde de seu arquivo. Se há uma medida emergencial a ser tomada é em relação ao acervo do MIS, não foi feita nenhuma obra na casa da cultura, é uma falta de comprometimento em debater um projeto sério. A casa da cultura, tem um TAC que até 2020, eles terão que desocupar o prédio, então é o provisório do provisório. O prédio da Francisco Junqueira, já foi pensado em uma situação emergencial e nunca uma solução definitiva, tendo tempo para pensar em uma solução definitiva para o sistema como um todo dos museus, um projeto a longo prazo, deve-se procurar recursos, porém o pré-requisito básico seria um projeto. No uso da palavra o vereador Rodrigo Simões põe em deliberação para que em uma próxima reunião posamos convidar a Sr Isabella, o Sr Ortega, bem como todos os aqui presentes, para que possamos colocar tudo isto para eles, apresentar tudo que estamos conversando na data de hoje, é importante partirmos para a prática, que possam ouvir da comissão e dos convidados, as melhores alternativas para o Arquivo Público e para o MIS. Segundo o Dr Anderson, a administração não deve cometer o mesmo erro do UBDS, não adianta acreditar que a sociedade inteira vai aceitar um projeto no qual tenha apenas uma solução. O presidente agradece a todos, e declara encerrada a presente reunião. A íntegra dessa reunião foi gravada em mídia áudio visual e encontra-se anexada aos autos, fazendo parte integrante dessa ata. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 16:30 horas, da qual para constar, eu Adélia Maria Rodrigues Lima  servidora desta CMRP, lavrei a presente ata, que foi elaborada nos termos da Resolução nº 46/2018, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente desta CEE.


VEREADOR MARCOS PAPA
PRESIDENTE DA CEE

